

Lei Municipal n.º 2.555, de 27 de dezembro de 2023.

**EMENTA:** Autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder o uso de terreno de titularidade Município de Salgueiro, com o fim exclusivo de implantar um centro de exposição, distribuição e venda de produtos agropecuários, a fabricação de ração e a feira da agricultura familiar do Município de Salgueiro-PE.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SALGUEIRO/PE** faço saber que a Câmara de Vereadores do Município de Salgueiro aprovou e eu sanciono, nos termos da Lei Orgânica Municipal, a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder o uso à Cooperativa Agropecuária de Salgueiro-PE- COOPESAL, CNPJ Nº 10.747.822/0001-94, pelo prazo de 10 (dez) anos, de um terreno de propriedade do Município de Salgueiro-PE, com área de 2.985 metros quadrados, medindo 30m X 99,50m, correspondente a "área 1" de um terreno com área total de 49,07 ha (quarenta e nove hectares e sete ares), registrada no Registro Imobiliário deste Município às fls. 161, do Livro nº 2-AA, sob o nº 6.7670, com as seguintes coordenadas:

**TABELA DE COORDENADAS**

NOME	NORTE	LESTE
VERTICE 1	9.108.016.580	483.682.512
VERTICE 2	9.107.923.829	483.715.263
VERTICE 3	9.107.913.769	483.686.999
VERTICE 4	9.108.006.584	483.654.226

**Art. 2º.** A área objeto da presente concessão será destinada, exclusivamente, para a implantação de um centro de exposição, distribuição e venda de produtos agropecuários, a fabricação de ração e feira da agricultura familiar do Município de Salgueiro-PE.

**Art. 3º.** A destinação do bem objeto da concessão, para finalidade diversa daquela especificada no *caput* do artigo anterior, acarretará a extinção da concessão e a imediata desocupação do imóvel, sem direito de retenção pelas eventuais benfeitorias realizadas.

**Art. 4º.** A concessionária fica obrigada a efetuar investimentos imediatos em pelo menos 30% (trinta por cento) da área concedida, sendo obrigatória a pavimentação



da frente do empreendimento, conforme padrão de entrada e estacionamento aprovado pelo poder público.

**Parágrafo único.** O restante da área concedida (70%) deverá ter sua destinação fixada pela concessionária em plano de expansão a ser apresentado e cumprido no prazo máximo de 2 (dois) anos, sob pena de extinção da concessão da área não utilizada.

**Art. 5º.** A concessionária se obriga a todo tempo a observar a legislação relativa ao controle ambiental e adotar todas as medidas necessárias à proteção ecológica e do meio ambiente segundo as normas editadas pelos órgãos federais, estaduais e municipal, sob pena de extinção da concessão de uso do imóvel.

**Art. 6º.** Para fins da efetuação da concessão de uso do imóvel, objeto do presente projeto de lei será exigido da concessionária os seguintes documentos e procedimentos:

- I - Requerimento direcionado ao chefe do Poder Executivo solicitando autorização para realização de projeto de implantação do empreendimento;
- II - Estudo topográfico da área pretendida;
- III - Planta e minucioso memorial descritivo das edificações a serem construídas, elaboradas por profissional habilitado e com anotação de responsabilidade técnica do projeto junto ao CREA/PE;
- IV - Projeto de Pré-Condicionantes dos efluentes sólidos, líquidos e gasosos, elaboradas por profissional habilitado e com anotação de responsabilidade técnica do projeto junto ao CREA/PE;
- V - Cronograma físico, indicando o início, duração e conclusão das obras de edificação e prazo para início das atividades operacionais da empresa;
- VI - Plano de expansão do espaço físico não ocupado de início, elaboradas por profissional habilitado e com anotação de responsabilidade técnica do projeto junto ao CREA/PE;
- VII - Cópia autenticada do ato constitutivo e das alterações existentes registradas na JUCEPE-PE que comprove a atividade da Cooperativa de acordo com a destinação que será dada ao terreno a ser concedido para uso pela presente lei;
- VIII - Alvará de funcionamento da Cooperativa no Município de Salgueiro-PE;
- IX - Certidão Negativa de Débitos de tributos municipais;
- X - Certidão Negativa de Débitos de tributos estaduais;
- XI - Certidão conjunta Negativa dos tributos federais e da dívida ativa da União;
- XII - Comprovante de regularidade com o FGTS;
- XIII - Certidão Negativa de Falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa;
- XIV - Plano de Operação contendo, no mínimo, as seguintes informações:
  - a) O número de empregos diretos e indiretos que serão gerados pelo empreendimento;



- b) O valor do investimento;
- c) A projeção de faturamento para os próximos 10 (dez) anos;
- d) Relação das atividades secundárias que podem ser desenvolvidas pela empresa no imóvel concedido para uso;

**Art. 7º.** Os projetos, plantas e planos apresentados vinculam as respectivas obras, sendo obrigatório no caso de modificação de projetos já aprovados pela municipalidade para o fim específico de concessão de uso do imóvel que a concessionária submeta previamente as alterações à edilidade para fim de apreciação da conveniência da alteração e nova aprovação.

**Art. 8º.** Após cumpridas todas as exigências elencadas no art. 6º, o chefe do Poder Executivo formalizará o Contrato de Concessão no prazo fixado no cronograma físico, de modo a garantir a empresa concessionária as condições de implantação do empreendimento.

**Parágrafo único.** No prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do Contrato administrativo, a Concessionária deve:

- I - cercar a área pretendida;
- II - fixar placa indicativa do empreendimento;
- III - se responsabilizar pela segurança e integridade do terreno;

**Art. 9.** São causas extintivas da concessão de uso, independentemente de intervenção judicial, apurados através do devido processo administrativo com garantia do contraditório e da ampla defesa:

- I - o descumprimento injustificado de quaisquer prazos para início, execução e conclusão das edificações a serem construídas e o funcionamento do empreendimento;
- II - a alteração da destinação do empreendimento;
- III - a modificação de plantas, planos e projetos estruturais das obras e do empreendimento sem a devida autorização do Poder Público e contrário ao interesse público;
- IV - a paralisação do empreendimento por mais de 18 (dezoito) meses consecutivos;

**Parágrafo único.** A extinção da concessão ocasionada por força dos incisos I, II, III e IV implicará na perda das benfeitorias porventura existente no terreno, em favor do Município de Salgueiro.

**Art. 10.** Ao final do prazo de 10 (dez) anos a concessão poderá ser prorrogada por igual período por interesse do Município de Salgueiro.

**Parágrafo único.** Não havendo a renovação da concessão de uso do terreno, a área será devolvida ao Município de Salgueiro com todas benfeitorias existente no terreno.

**Art. 11.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Salgueiro, 27 de dezembro de 2023.

**MARCONES LIBÓRIO DE SÁ**  
Prefeito Municipal